

MULTINACIONAIS E "PELEGUISMO" NO BRASIL: O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SALVADOR, BAHIA**

João Gabriel Teixeira*

RESUMO

Tentativa de mostrar como o atrelamento do sindicato ao Estado e o incentivo ao "peleguismo" assistencialista, podem ser utilizados eficazmente pelas sucursais das empresas multinacionais, localizadas em Aratu (Salvador, Bahia). A experiência de "peleguismo" aqui analisada, pode servir de modelo comparativo para outros estudos sobre o sindicalismo brasileiro contemporâneo.

Este trabalho tem como objetivo mostrar a relação entre as ações políticas – postas em prática pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (SMS) – e a conformação ideológica dos operários do mesmo setor, no Centro Industrial de Aratu, implantado na periferia da capital baiana na década de 60. Secundariamente, insinua-se como o sistema de relações industriais introduzido pelas firmas (do qual as práticas do SMS faziam parte), funcionou na estratégia do grande capital industrial da Bahia.

A pesquisa que levou a este "paper" foi realizada nos anos 1979 e 1980 em "Aratu", e foi atualizada até 1982, na sua parte histórica. Ela resultou na tese de doutoramento⁽¹⁾ da qual foram condensados dois capítulos para constituir a base deste trabalho. No decorrer da pesquisa – que visava estudar a ideologia dos operários de "Aratu", enquanto caso de industrialização recente –, tornou-se igualmente coincidente e conveniente que o trabalho de campo fosse viável em duas fábricas incluídas ao agregado metalúrgico. Ambas as indústrias metalúrgicas estudadas empregavam operários que estavam sob a jurisdição sindical e na área geográfica compreendida pelo SMS⁽²⁾, que tinha sido instru-

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Sussex, professor e chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

** Versão revista a partir de críticas e sugestões de colegas e pareceristas.

(1) *Os Metalúrgicos de Salvador, Bahia, Um Estudo de Ideologia Operária*, submetida ao Departamento de Sociologia da Universidade de Sussex, foi aprovada em junho de 1984.

(2) O Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (SMS) abrange operários dos setores metalúrgico, mecânico e de material elétrico. Embora sediado em Salvador, o SMS "cobre" operários dos mesmos setores, na maioria das cidades da Região Metropolitana de Salvador e do "Recôncavo Baiano": Simões Filho, Catu, Lauro de Freitas, Camaçari, Pojuca, São Francisco do Conde e Candeias, além de Alagoinhas e Feira de Santana – o segundo centro urbano-industrial da Bahia.

mental, pelo menos durante 15 anos (1964-1979), do processo de conformação e comprometimento dos metalúrgicos de Salvador aos empregos industriais nessas e nas demais fábricas do setor em "Aratu".

Tentaremos mostrar que, se se aceitam os sindicatos ou o sindicalismo como um aparato ideológico importante da classe operária, a experiência de "peleguismo"⁽³⁾ no SMS é bastante significativa. Primeiro, porque representa uma versão baiana do tipo de sindicalismo então grassando em outras áreas do país; e, segundo, pela época em que se deu seu surgimento. Essa forma regional de "peleguismo" coincidiu com o começo da repressão ao movimento operário brasileiro em 1964, quando o regime militar apontou uma direção "pelega" para o SMS. Além do mais, essa experiência de "peleguismo" forma o quadro sindical referente aos anos de maior "pique" do processo de instalação de novas fábricas em "Aratu" (1966-1975).

Primeiramente, teceremos algumas considerações a respeito das consequências sociais e ideológicas da implantação de "Aratu" para, então, colocar brevemente o tema, do ponto de vista da teoria marxista sobre a relação entre sindicalismo e ideologia. A seguir, narraremos a história do SMS e, finalmente, retomaremos as questões teóricas propostas, sobre o pano de fundo do papel do SMS junto aos operários de "Aratu".

"Aratu" e a face rasgada de Salvador

O projeto de construção de "Aratu" foi elaborado em 1965, como um grande complexo industrial planejado pelo governo, que tinha como principal objetivo – junto com esforços similares em outros estados brasileiros – a descentralização da economia brasileira, concentrada no Sudeste do país. "Aratu", na verdade, começou em 1966, quando a área recebeu as primeiras unidades industriais beneficiadas com incentivos fiscais federais e locais. Essas fábricas foram atraídas principalmente pela acessibilidade a lotes urbanizados, vendidos a preços subsidiados, além de estímulos financeiros e fiscais.

Criticando os fundamentos econômicos desses projetos industriais descentralizantes, M. Brandão (1982) afirma: "Os novos centros industriais ou pretensos pólos de desenvolvimento têm em comum o fato de serem, da perspectiva da região hospedeira, realizações de fora, i.e., iniciativas do governo central, envolvendo maciças transferências de capital, materializadas em pequenos intervalos de tempo. Ainda que o processo decisório envolvido não desconheça pressões de origem local, o fundamental dessa nova fase de industrialização fora do Sudeste é a sua absoluta autonomia em relação aos processos de acumulação e distribuição da renda, vigentes até o momento na re-

(3) Neste trabalho, o termo é usado no sentido do rótulo empregado para líderes sindicais, que fraquejam em tomar posições, quando em negociações trabalhistas, em favor dos operários que representam. Literalmente, "pelego" é uma pele de carneiro, que se coloca entre o montador e a sela do cavalo, com parte lanosa para cima, amaciando a "montaria" do cavaleiro.

gião recipiente, inclusive face aos próprios empreendimentos da industrialização recente. Isto é, não há qualquer relação necessária entre as atividades dos novos complexos e as mais modernas indústrias instaladas na mesma área, na década de 60" (p. 6).

No âmbito local, o principal objetivo de "Aratu", nas palavras de representantes do governo estadual, era "curar" a enigmática "involução industrial baiana"⁽⁴⁾. Dess forma, a criação do pólo rapidamente mudou o perfil industrial da Bahia e especialmente a face geográfica da Região Metropolitana de Salvador. Brandão (op. cit.) confirma: "... Enquanto o emprego industrial total crescerá, no Estado, nos anos 60, apenas 19 por cento, nos setores de minerais não-metálicos, química, metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e transporte, quase todos concentrados na região de Salvador, ele aumentou em 80,35 por cento. . ." (p. 10).

Além disso, de 1963 a 1975, 75 por cento dos empregos industriais e 95 por cento do valor dos investimentos que haviam sido alocados para o Estado da Bahia pela Sudene, estavam ligados a setores industriais quase inteiramente novos à região. Principalmente como resultado da implantação de "Aratu" e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o número de operários industriais na RMS cresceu 92 por cento de 1970 a 1978. O número de empregos fabris, na RMS, no entido restrito, podia ser estimado em 52 mil em 1978, contra pouco mais de 27 mil em 1970, o que representa um aumento de quase 94 por cento⁽⁵⁾.

"Aratu", junto com outros centros industriais similares do mesmo período, tem sido considerado um "pólo de desenvolvimento" ou "enclave", dependendo do posicionamento do estudioso em relação às suas conseqüências sociais. Aqueles que defendem a primeira definição acreditam que "Aratu" era, pelo menos parcialmente, a "mola propulsora" de um crescimento econômico harmonioso na região. Por outro lado, aqueles que preferiram denominá-lo de "enclave", tinham em mente suas "descontinuidades estruturais". De qualquer forma, nossa resposta à questão parece ser irrelevante.

Para os nossos propósitos cabe, porém, a informação de que o salário mínimo legal mensal dos metalúrgicos, em maio de 1979, era de Cr\$ 3.600, ou seja, duas vezes o salário mínimo regional de Cr\$ 1.797. Numa das fábricas estudadas, a maioria dos operários não qualificados e semiquilificados percebia, em média, quase três vezes o salário mínimo da categoria. Na outra, por outro lado, mais de 70 por cento dos operários semiquilificados recebiam entre um e dois salários mínimos da categoria, enquanto mais de 70 por cento dos qualificados recebiam quase três salários mínimos da categoria. Além disso, a

(4) Carvalho (1969) registrou no Estado da Bahia, no final do século passado, uma diversidade de manufaturas que não existia nas décadas de 40 ou 50. Esse fenômeno levou Tavares (1966), por exemplo, a sugerir uma "involução industrial baiana".

(5) Todos os números e percentagens mencionados foram retirados de Brandão (op. cit.), que usou os resultados do PNAD para 1978 e o Censo Industrial de 1975.

PNAD de 1978 mostrou que mais de 60 por cento da população economicamente ativa da RMS recebia rendas inferiores a dois salários mínimos regionais e quase 23 por cento entre dois e cinco salários, enquanto a percentagem daqueles recebendo acima de cinco salários mínimos regionais era de apenas 14,6 por cento. Essas informações sobre renda na Região Metropolitana de Salvador e os salários recebidos nas duas fábricas mostram que os metalúrgicos realmente formavam uma porção relativamente privilegiada da PEA na RMS.

Entretanto, deve-se enfatizar também que a descentralização seletiva das atividades industriais, da qual "Aratu" era apenas uma versão baiana, excedia os limites da economia industrial do país. Em outras palavras, as duas fábricas estudadas, além de formarem parte do grande parque industrial de "Aratu", eram ambas sucursais de corporações multinacionais.

F.1 é uma fábrica de alumínio, possuindo duas unidades de fabricação em "Aratu". A maior das duas unidades produz o alumínio puro. A menor, molda esse alumínio em cabos e fios. F.1 é considerada uma das maiores empresas de "Aratu" em número de empregados (762 em junho de 1979). Foi constituída em 1966 e começou a operar em 1969, inicialmente apenas com a unidade de cabos. Em 1971, a segunda unidade começou a produção de tarugos e lingotes de alumínio. Tem sido repetidamente incluída na lista das 15 maiores empresas industriais da Bahia, em termos de volume de capital, produção, lucro líquido e consumo de energia elétrica.

A segunda fábrica (F.2) é muito menor, além de possuir apenas uma unidade fabril montadora de brocas e outros implementos usados na perfuração de poços de petróleo em "Aratu". É sucursal de uma corporação de origem norte-americana e, em dezembro de 1979, possuía 306 empregados, dos quais apenas 198 estavam diretamente ocupados na produção. Embora F.2 tenha participado muito raramente da lista de *200 Maiores Indústrias da Bahia* publicada pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEBA), é também uma fábrica importante no contexto de "Aratu", devido à alta especialização dos seus produtos. É a única do seu tipo no Brasil e 70 por cento da sua produção de brocas tritônicas, "slip dogs", "tool joints" e "fillers", utilizadas na extração de petróleo e na mineração, atende às demandas diretas da Petrobrás.

Sindicalismo e ideologia

Existe uma longa tradição na literatura marxista a respeito do papel dos sindicatos no desenvolvimento da consciência política de trabalhadores. Em geral, essa tradição indica uma divisão entre duas linhas de avaliação deste papel. Hyman (1975) diz que "... alguns dos mais profundos e duradouros 'insights' da sociologia do sindicalismo derivam de escritores com objetivos acadêmicos menos estreitos". Isto posto, Hyman sumaria as perspectivas que os teóricos socialistas têm gerado em duas amplas categorias: "... aquelas abordagens que discernem um potencial revolucionário significativo na atividade sindical e

aquelas que argüem que tal atividade em si mesma, não facilita (ou mesmo que inibe) a transformação revolucionária da sociedade capitalista” (p. 1 e 2)⁽⁶⁾.

A primeira perspectiva apresenta uma avaliação otimista do papel dos sindicatos, como está exemplificada nos escritos iniciais de Marx e Engels. Eles consideravam os sindicatos *combinações* que se tornavam verdadeiras *trincheiras* dos trabalhadores, na sua luta contra os empregadores, necessários para destruição da *competição* entre os operários⁽⁷⁾. A segunda perspectiva (ou visão pessimista) pode ser identificada na crítica de Lênin aos sindicatos, por sua tendência a acomodarem-se dentro do sistema capitalista e na sua defesa do Partido como o único organismo capaz de desenvolver o potencial revolucionário dos trabalhadores. Lênin considerava, em 1902 que, isoladamente, o movimento operário possuía capacidade de desenvolver apenas a consciência sindical ou “obreirista” dos operários. Hyman (op. cit.) confirma que “a análise do sindicalismo apresentada por Lênin em *O Que Fazer?*, permanece influente: é lugar comum que os sindicatos, sendo capazes de alcançar seus objetivos econômicos dentro do sistema capitalista, demonstrem uma tendência natural à integração a este mesmo sistema” (p. 14).

Marx e Engels, em seus escritos posteriores, também vieram a expressar reservas acerca da capacidade dos sindicatos em desenvolver a consciência de classe dos operários. Referimo-nos às críticas dos mesmos aos sindicatos britânicos da segunda metade do século passado: (1) os sindicatos representavam não apenas a totalidade da classe operária, mas uma minoria aristocrática e privilegiada; (2) a corrupção dos líderes traidores da classe; (3) o aburguesamento da classe operária britânica, resultante da posição monopolista do capitalismo inglês naquela época. Esses fatores transitórios ou temporários eram vistos por ambos como a ausência de iniciativa revolucionária nos sindicatos britânicos. Não obstante, Marx escreveu ainda em *O Capital* que o sindicalismo é a rota pela qual “a produção capitalista cria, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação”.

Embora reconhecendo o papel limitado dos sindicatos no processo de formação da ideologia operária, parece que, no caso dos metalúrgicos baianos, é a ausência de uma forte tradição de sindicalismo o fator central na explicação da incipiente consciência de classe, dado revelado posteriormente em nosso estudo. Encontramos apoio para esta posição no convincente argumento de Hyman (op. cit.): “A evolução do capitalismo industrial fornece as pré-condições para a organização coletiva, juntar os trabalhadores em grandes aglomerações e ao criar as privações que os levam à união. Essa união, transcendendo a competição no mercado de trabalho, em si mesma ameaça a estabilidade do capitalismo: ela também desenvolve a consciência de classe dos trabalhadores e os treina em métodos de luta. As limitadas conquistas econômicas dos seus sindicatos, levam os trabalhadores a adotarem formas políticas de ação e, em

(6) As traduções para o português, de textos originalmente em inglês, são da nossa autoria.

(7) Veja-se, a respeito, Engels, *op. cit.*, p. 205 e Marx, *op. cit.*, p. 172.

última análise, a desafiar diretamente a estrutura da dominação capitalista” (p. 3). Diríamos que tal colocação é particularmente relevante ao processo de conformação dos trabalhadores às necessidades industrializantes da Bahia.

Primeiro, sua participação em atividades sindicais foi bastante “ritualística”. Segundo, a liderança do SMS não era confiável, em termos de vontade e habilidade de fornecer informações sobre os fatores que afetavam as relações industriais em “Aratu”. Terceiro, havia rumores amplamente difundidos sobre a colaboração da liderança do SMS com o Estado, na repressão de ativistas sindicais a partir do golpe militar de 1964.

Michels, numa discussão em 1911 sobre o movimento sindical, afirma que neste “o caráter autoritário dos líderes e sua tendência a governar organizações democráticas de forma oligárquica são mais ainda pronunciadas que nas organizações políticas” (p. 159). Acharmos que a aplicação dessa “lei de ferro da oligarquia” aos sindicatos é relevante para explicar o caso da imposição de uma liderança burocrática ao SMS, durante 18 anos (1964-1982).

Vale ressaltar também que a liderança sindical formada no SMS, nos anos que antecederam (1959-1964) à burocracia imposta, emergiu num momento histórico em que a aliança de classes do populismo desenvolvimentista necessitou do fortalecimento dos sindicatos. Essas condições, por outro lado, engendraram a possibilidade de intervenção no SMS, via liderança “pelega”, e o surgimento de outros constrangimentos ao desenvolvimento do sindicalismo local.

Não obstante, também é relevante explicar que um sindicalismo combativo não se desenvolveu entre os operários baianos no passado, e isto é particularmente verdadeiro sobre os metalúrgicos. Quando se examina a memória do movimento operário na Bahia, a experiência do Sindicato dos Petroleiros, no início da década de 60, é a mais frequentemente mencionada. As maiores greves foram lideradas por outros grupos ocupacionais, como as famosas greves de 1922 e 1934 em Salvador. Em ambas as ocasiões, operários da companhia fornecedora de eletricidade e de bondes elétricos destacaram-se como os mais combativos. Parece razoável afirmar que o lento desenvolvimento do sindicalismo acompanhou o processo de “involução industrial” na Bahia por toda a primeira metade deste século. Ademais, apenas recentemente é que o movimento operário baiano tornou-se o foco do interesse de estudiosos e pesquisadores acadêmicos, de forma que a história do sindicalismo, na Bahia, ainda está por ser escrita.

Para produzir este curto registro histórico do SMS, por exemplo, tivemos que nos valer da memória – hoje esvanecida –, de velhos líderes sindicais do período que vai até 1964, e de recortes de jornais para a última parte(*). A falta de conhecimento dos operários, com relação às atividades do seu sindicato, no período anterior a 1964, e de informações sobre as greves de 1961 e 1962 era

(*) Queremos agradecer a colaboração das alunas Elizabeth de Freitas e Mercedes Araya na organização e análise preliminar destes dados.

quase completa. Deve-se explicar, todavia, que a grande maioria dos trabalhadores de "Aratu" ainda não se havia tornado operários industriais àquela época.

A história do SMS pode ser dividida em três períodos: (1) o período entre 1919 – quando surgiu a organização precursora do SMS – e 3 de abril de 1964⁽⁸⁾; (2) o período entre abril de 1964 e 1982, quando surgiu a oposição à diretoria "pelega" do SMS, sob a forma da Oposição Sindical Metalúrgica (OMS); e (3) de 1982 até o presente, incluindo a vitória da OMS na eleição de 1982 e sua posse na diretoria do SMS.

SMS – Um pequeno relato histórico

Em apoio à nossa afirmação sobre a falta de influência de um sindicato combativo, no período de 1964 a 1978 (o que inclui também a ausência de um grupo de oposição significativo), na formação da ideologia dos metalúrgicos, começaremos por descrever como o SMS foi criado e seu desenvolvimento histórico anterior à manhã do dia 3 de abril de 1964.

De 1919 a abril de 1964

Em 1919, um grupo de oito operários da Cia. de Navegação Baiana reuniu-se numa velha casa do bairro da Massaranduba, da então periferia da cidade velha de Salvador, para organizar a Associação dos Metalúrgicos da Bahia, que tornou-se o embrião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica.

A associação visava criar a União Sindical da Bahia e, segundo consta, somente logrou reconhecimento oficial em 1931, por decreto do ministro Lindolfo Collor, da primeira gestão de Getúlio Vargas. Até então, parece que a entidade teve uma existência precária devido à inexpressiva filiação. Aparentemente, o reconhecimento do sindicato fez parte de uma série de casos similares, no processo de liberalização das organizações sindicais patrocinado por Vargas. O SMS, contudo, não parece ter sido muito ativo, embora em 1946 tenha sofrido a primeira intervenção governamental, devido à participação de sua liderança no congresso realizado em São Paulo, para criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores do Brasil.

A maior parte das informações coligidas foi-nos fornecida por João dos Passos, representante do SMS naquele congresso. Passos foi militante do movimento operário baiano desde 1928. Ele lembrou que o SMS sofreu novo período de intervenção em 1953, após uma turbulenta reunião de seis ou sete militantes, em apoio à greve geral daquele ano em São Paulo. Passos foi seu primeiro presidente eleito e dirigiu o SMS de 1959 a 1964. Ele recordou que, à época em que tornou-se presidente, em 1959, o Sindicato tinha apenas 25 membros regulares.

(8) Naturalmente, esse período comporta subdivisões que consideramos irrelevantes para nossos propósitos atuais.

As duas únicas ocasiões em que os metalúrgicos de Salvador fizeram greve foi durante o período em que Passos era presidente do SMS. A primeira greve ocorreu em 1961 e mobilizou os trabalhadores de duas fábricas apenas. A segunda, em 1962, mobilizou todos os metalúrgicos de Salvador. Ambas as greves foram organizadas em apoio à reivindicação de aumentos salariais substanciais; na segunda delas, o aumento de 100 por cento foi conseguido. Passos foi reeleito duas vezes e afirmou que em 1964, quando foi banido do SMS, o número de associados tinha crescido para 1.000 operários.

Em 3 de abril de 1964 o escritório do SMS, na sede do Sindicato dos Ferroviários, foi arrombado pela Polícia Militar. Passos foi exemplo da direção do sindicato e caçado pelo aparato repressivo envolvido no golpe militar. O SMS teve todos os seus bens confiscados, incluindo Cr\$ 150 mil em dinheiro, mas Passos guardou a chave do escritório, a qual entregou simbolicamente à nova diretoria eleita em dezembro de 1982.

Na última assembléia do SMS antes do golpe, em 22 de março de 1964, foi escolhida a delegação baiana que participaria do Segundo Congresso Nacional dos Metalúrgicos, a ser realizado em São Paulo. Manoel dos Santos, que havia sido associado do sindicato por apenas três meses, foi indicado como membro da delegação por um velho militante que era seu colega numa fábrica de pregos local. No dia 3 de abril, antes, portanto, da realização do congresso, o sindicato foi invadido e, poucos dias depois, os militares colocaram Santos como presidente temporário, posição que ele consolidou e manteve até dezembro de 1982.

De 1964 a 1982

Entretanto, reporta-se que em 1967 houve uma tentativa, por parte de associados do SMS, de organizar uma chapa para a sua direção em oposição a Santos e sua "clique". Santos conseguiu não só dissolver a tentativa como superar outros esforços nesse sentido. Várias fontes também o acusaram de fraudes freqüentes para garantir sua reeleição, como a manipulação do mínimo de votos exigidos.

Também em 1967, uma parada repentina das máquinas foi tentada na sucursal baiana da Magirus Deutz. Embora não fossem encontrados maiores detalhes sobre a ação, a participação de Santos na repressão aos trabalhadores envolvidos foi mencionada. No ano seguinte, houve tentativas de ação sindical independente em Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais), que representaram o começo da luta dos trabalhadores brasileiros contra o atrelamento sindical, fato que tornou-se um dos principais temas do movimento operário no Brasil.

Os metalúrgicos entrevistados em nossa pesquisa fizeram constantes acusações contra o desempenho de Santos como líder "pelego" do sindicato. Uma delas afirmou que ele fora escolhido pelo aparato repressivo para tomar o SMS e preparado para isso mesmo antes da "Revolução". A segunda acusa-

ção é que ele fora pessoalmente responsável pela denúncia de operários à gerência das fábricas ou polícia política, quando ousavam expressar suas queixas nas reuniões do SMS. Por exemplo, entre maio e julho de 1979, cerca de 12 membros da OSM foram demitidos de indústrias de “Aratu”, após declararem sua oposição à liderança “pelega” de Santos, nas manifestações do Dia do Trabalho. Novamente sugeriu-se que Santos participara na preparação da lista de operários a serem demitidos.

As eleições para a diretoria do sindicato, realizadas em outubro de 1979 (quando fazíamos o trabalho de campo), foram marcadas por protestos e boicotes dos operários da oposição. Eles achavam que Santos tinha manipulado intencionalmente os procedimentos para registro de chapas e processo eleitoral. Durante o trabalho de campo fomos informados, por alguns membros da OSM, que o gerente de relações industriais de F.2 havia ajudado Santos no processo de desorientar os membros da OSM, com relação às regras e prazos para a eleição em pauta. Santos deveria, de acordo com a Delegacia Regional do Trabalho, imprimir duas convocações em pelo menos um jornal local, além do edital publicado no *Diário Oficial*. Adicionalmente, deveria enviar ofícios a todas as fábricas onde o sindicato possuía associados, a serem afixados em quadros de avisos. Os membros da OSM, em F.2, estavam esperando o ofício ser afixado no quadro do Departamento de Relações Industriais. Eles nos informaram que o ofício fora colocado no quadro durante apenas algumas horas, tendo sido retirado antes que pudessem lê-lo, depois do encerramento do turno de trabalho. O núcleo da OSM nesta fábrica formava a base da OSM em Salvador. Santos conseguiu ser reeleito, a despeito da oposição quase generalizada à sua continuidade no posto, e também devido à falta de experiência e vacilação da OSM no sentido de valer-se do direito de apresentar candidatos à eleição.

As sementes da OSM parecem ter sido plantadas em 1967, quando alguns de seus membros organizaram ações coletivas em algumas indústrias locais. O caso mais bem sucedido foi a parada da montadora local da Magirus Deutz por duas horas. Em todas essas tentativas, porém, segundo consta, Santos tomou posição contra os interesses dos operários que, a despeito de seus esforços para se organizarem independentemente, somente conseguiram dar forma à OSM em 1974. A partir daí, ela começou a crescer consistentemente até 1979, quando conseguiu publicar seu primeiro boletim – *1º de Maio* –, em comemoração ao Dia do Trabalho daquele ano. Nessa publicação denunciaram as manipulações de Santos e mostraram suas dificuldades em competir pela liderança do SMS.

A partir de então, a OMS realizou reuniões para organizar-se com vistas à eleição que se aproximava, com o apoio de padres católicos progressistas e do Sindiquímica – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado da Bahia, o mais forte e combativo do Estado. Alguns dos seus membros participaram ativamente das manifestações de apoio aos colegas de São Paulo, durante a famosa greve destes em 1979. Foi apenas a 7 de outubro de

1979, dois dias antes das eleições, que a OSM realizou reunião pública, com o apoio das lideranças sindicais independentes de Salvador, especialmente o Sindifúmica, Sindicato dos Eletricitários e dos Jornalistas.

Luís Ignácio da Silva (Lula), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, também esteve presente nessa reunião. Ficou decidido que os metalúrgicos baianos boicotariam as eleições. Durante a reunião, soube-se que operários sindicalizados haviam recebido um memorando de Santos, ameaçando-os com um desconto de 30 por cento do salário mínimo caso se abstivessem de votar. Lula, que estava na Bahia liderando a campanha nacional pela formação do novo Partido dos Trabalhadores, foi providencial para remover os temores dos trabalhadores e aconselhou aos membros da OSM que organizassem piquetes para evitar que operários inexperientes fosse enganados pelo memorando ameaçador de Santos.

Naquela época, os registros do SMS contavam com 3.150 associados regulares, ou seja, aqueles que haviam pagado todas as suas contribuições e, portanto, podiam votar. Nas fábricas maiores, tais como na Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), onde havia 250 associados do SMS – dos 1.050 operários –, apenas 13 sindicalizados compareceram às urnas. Em F.1, de 118 associados, apenas dois votaram, enquanto que em F.2, de 67 operários sindicalizados, 35 votaram. Dois operários qualificados da F.2 participavam da *claque* de Santos e foram reeleitos para a diretoria do SMS. A pressão de suas presenças na fábrica contribuiu para o maior comparecimento de votantes às urnas em F.2.

Um desses operários era um antigo “supervisor”, encarregado do controle de qualidade, a quem muitos operários de F.2 deviam favores pessoais por havê-los incluído na lista de espera para a aquisição de habitações construídas para populações de baixa renda, pelos programas governamentais em Salvador, além da concessão de pequenas bolsas de estudo e empréstimos. Portanto, os operários agraciados sentiram-se na obrigação de retribuir os favores, votando em seu candidato. Ademais, foi relatado na imprensa local que em algumas fábricas, onde a OSM não fizera piquetes, os operários foram pressionados a votar, pela gerência ou por partidários de Santos, sob a ameaça de multa.

Havia 14 postos de votação, 12 localizados nas fábricas maiores e um posto móvel que coletava os votos das fábricas menores e periféricas. Não havia qualquer controle da OSM em alguns desses postos. Na contagem, seis urnas tinham *exatamente o mesmo* número de votos e de votantes. O resultado final registrou 2.131 votos, sendo 1.839 em favor de Santos e sua *claque*, 193 nulos e 96 em branco. Esses números foram suficientes para reeleger Santos e seus partidários. Na verdade, eles obtiveram 161 votos a mais do que necessitavam, de acordo com a legislação eleitoral em vigor. Além disso, matérias publicadas pela imprensa local informavam que algumas das urnas não haviam sido seladas adequadamente antes de serem guardadas, à noite, na sede do sindicato.

Após sua reeleição, em outubro de 1979, Santos publicou uma longa carta na imprensa, defendendo-se contra a acusação de fraude e fornecendo ao leitor uma longa lista de realizações durante seu “reinado” de 15 anos na direção do SMS: (1) aquisição da sede do SMS, um grande e velho sobrado num bairro residencial central de Salvador; (2) compra de um grande terreno próximo a uma das praias elegantes da periferia norte de Salvador, onde pretendia construir uma colônia de férias para os metalúrgicos; (3) instalação de serviços médico, odontológico e laboratório de análises na sede do sindicato, além da aquisição de uma ambulância para transportar associados doentes; (4) assistência jurídica fornecida no sindicato por advogados contratados, com hora marcada; (5) finalmente, uma lista de benefícios alcançados para os metalúrgicos, tais como pagamento de triênios e quinquênios de permanência em serviço, um salário mínimo mais elevado que o obrigatório, garantia de emprego durante a gravidez e pagamento suplementar para operários em licença para tratamento de saúde.

Até onde podemos decifrar, os últimos benefícios integravam as políticas trabalhistas promovidas pelo governo em todo o país, e não parece que qualquer sindicato tivesse de lutar separadamente para assegurar seu direito àqueles benefícios. Certamente Santos teve acesso a recursos financeiros fornecidos pelo *imposto sindical*, o qual, como se sabe, prescinde da associação obrigatória do trabalhador ao sindicato. Esses recursos tornaram possível ao SMS alcançar as metas mencionadas, e para reforçar sua imagem como uma entidade preocupada exclusivamente com o provimento de assistência social a seus associados. Nesse sentido, o caso do SMS constituiu-se apenas num exemplo corriqueiro do processo de despolitização do sindicalismo no Brasil, após 1964.

O jornal paulista *Movimento*, de 24-30 de agosto de 1981, publicou um resumo do desempenho das OSMs nas eleições para 12 sindicatos metalúrgicos do país. De acordo com aquela publicação, as OSMs conseguiram vencer em apenas seis daqueles sindicatos, no período de julho de 1980 e agosto de 1981. Portanto, as dificuldades encontradas pela OSM da Bahia não eram casos isolados. O artigo revelou também novas instâncias do sindicalismo “pelego” em outras áreas do país. Por exemplo, um caso similar de manipulação (isto é, a OSM ficou impedida de competir) foi descoberto no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, na área do ABC paulista.

De dezembro de 1982 até o presente

Após ser derrotada na eleição de 1979, a OSM começou a desenvolver um programa extensivo para fortalecer sua influência nas bases metalúrgicas. A tentativa de processar Santos por fraude, no Tribunal Regional do Trabalho, não foi bem sucedida. Os três anos seguintes foram de preparativos e de organização. Alguns de seus membros estiveram ativamente envolvidos na criação do Partido dos Trabalhadores. Além disso, a totalidade do movimento operário brasileiro desenvolvia-se rapidamente, promovendo encontros nacionais de tra-

balhadores para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se tornou o foco do processo. Novamente, membros da OSM foram participantes ativos nesses encontros, onde tiveram a oportunidade de obter apoio de seus colegas de outras partes do país.

Em maio de 1982, a OSM finalmente conseguiu organizar o I Encontro dos Metalúrgicos Baianos, com duração de três dias e do qual participaram cerca de 200 metalúrgicos. As reuniões receberam boa cobertura da imprensa e certamente fizeram a OSM mais respeitada entre os metalúrgicos.

A vitória dos candidatos da OSM deu-se na eleição de 1982, no SMS. Nessa votação, a OSM obteve 1.745 votos, contra os 466 obtidos pela facção de Santos. Reivindicaram-se mais 18 votos para Santos, obtidos por uma terceira chapa competidora, que parecia ter sido uma última tentativa inútil de confundir os metalúrgicos. Dos 3.409 associados do SMS, 2.207 votos foram contados. Em 4 de dezembro de 1982, João dos Passos entregou a chave da sede do SMS ao presidente eleito. Uma das primeiras metas da nova diretoria foi realizar uma campanha para aumentar o número de associados e em um mês o SMS já havia conseguido 500 novos sócios. Parece que, com a participação do Sindiquímica na reorganização do movimento operário da Bahia, ao lado da utilização da experiência de seus colegas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a nova liderança do SMS estava pronta para construir uma nova reputação para seu sindicato.

Conclusões

Retomando a interpretação sugerida por Michels (op. cit.), acrescentamos que sua afirmação sobre a liderança sindical nos é especialmente útil: "Quando os líderes não são pessoas de meios e quando não têm qualquer outra fonte de renda, se agarram firmemente às suas posições por razões econômicas, chegando a encarar as funções que exercem como suas por direito inalienável. Isto é especialmente verdadeiro para trabalhadores manuais que, desde que se tornam líderes, perdem a aptidão para sua ocupação anterior. Para eles, perder as suas posições seria um desastre financeiro e, na maioria dos casos, lhes seria totalmente impossível retornar ao seu estilo de vida anterior" (p. 207). Anteriormente, Santos fora 'assistente de batador de pregos' numa fábrica local. Embora não possamos dizer que ele tivesse perdido a aptidão para sua antiga ocupação, era evidente que a perda de sua posição à frente do SMS seria um desastre financeiro, aliado à impossibilidade de retomar seu velho estilo de vida, após 18 anos como o "pelego-mór da Bahia", como era conhecido no movimento operário baiano. Na visão de Michels, esse controle oligárquico (nós diríamos burocrático-autoritário, no caso do SMS), é reforçado pela apatia da massa, ou, em suas palavras, "a maioria dos associados dos sindicatos são tão indiferentes a estas organizações, como a maioria dos eleitores são ao Parlamento" (p. 50 e 51).

Precisamos destacar, também, a relação entre as atitudes conformistas, tomadas pelos operários com relação a uma variedade de questões trabalhistas-chaves, e o papel assistencialista que eles desejavam para o sindicato. A posição de Santos como “chefe” do SMS, durante a construção de “Aratu”, foi também providencial, no sentido de que ele ajudou a fortalecer os mecanismos pelos quais um sistema “adequado” de relações industriais pudesse operar na Bahia. Esse sistema foi requisito primordial para a expansão do grande capital industrial no Estado, através da implantação de “Aratu”.

As mudanças no papel e na orientação da direção do SMS, a partir de 1964, e seus efeitos sobre o sistema de relações industriais, formam uma parte importante do *background* ideológico dos metalúrgicos baianos. Também pode-se concluir que Santos e seu “peleguismo” são um produto resultante da relação de atrelamento dos sindicatos ao Estado, que, por sua natureza, os expõe a uma variedade de experiências, que vai de populista a conservador, num espectro ideológico determinado, no final das contas, pelo governo em vigor.

Uma avaliação das dificuldades da OSM aponta para duas linhas de análise, em relação ao movimento operário na Bahia: (1) suas dificuldades foram as de militantes de uma categoria ocupacional, cujo sindicato havia sido desenvolvido no período das alianças populistas de classe no Brasil (1959-1964). Portanto, seu crescimento tinha-se baseado no apoio tácito ou claro do governo. A natureza transitória desse apoio tornou o SMS mais suscetível à intervenção governamental e, mais tarde, ao desenvolvimento de um tipo de “peleguismo” do qual não conseguiram livrar-se por 18 anos; (2) essa avaliação torna-se ainda mais clara se a comparamos com o desenvolvimento recente do Sindiquímica, que foi fundado em 1978, num período em que o sistema de aliança de classes havia sido quebrado. Cinco anos depois o Sindicato já havia formado um corpo de associados de cerca de sete mil sócios, de um total de 14 mil petroquímicos⁽⁹⁾. A organização começou a desenvolver-se na Bahia após a criação do Centro Petroquímico de Camaçari (COPEC), no final dos anos 70. Uma revisão apressada da história do Sindiquímica mostra um rápido crescimento em número de associados, uma militância incansável, lutas vitoriosas por melhorias salariais e de condições de trabalho, e a capacidade de mobilizar assembléias de até quatro mil associados e a participação em campanhas de solidariedade a operários grevistas em outras partes do país.

Além disso, a importância do estado de subdesenvolvimento do sindicalismo, na Região Metropolitana de Salvador – onde a experiência de “peleguismo” no SMS é um caso exemplar –, não pode ser enfatizada suficientemente, mesmo por comparação, com o ativismo e a consciência política dos metalúrgicos do ABC de São Paulo. No caso do SMS, a inatividade e complacência de sua liderança “pelega” tornaram os metalúrgicos de Salvador objetos ainda mais adequados ao nosso estudo sobre a ideologia operária na Bahia.

(9) Ver, a propósito, Freitas (1984).

Finalmente, vale a pena ressaltar os mecanismos de repressão política, introduzidos em "Aratu" por uma maioria de empresas multinacionais, inclusive F.1 e F.2, aproveitando-se da existência e manutenção do "peleguismo" no SMS e da apatia que essa permanência gerou entre os operários. Não queremos dizer, com isto, que essas empresas inventaram o "peleguismo", fenômeno anterior à expansão do capital industrial – internacional e nacional –, através da implantação de "Aratu", na Bahia. Nosso estudo visa mostrar como o atrelamento do sindicato ao Estado e o incentivo ao "peleguismo" assistencialista de Santos, puderam ser utilizados eficazmente pelas sucursais das empresas multinacionais localizadas em "Aratu". Acreditamos que exemplos similares podem ser encontrados em outras situações e regiões do país. Neste sentido, a experiência de "peleguismo" aqui narrada, poderá servir de modelo comparativo para outros estudos sobre o sindicalismo brasileiro contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Maria de A., (1982). *A "regionalização" da grande indústria no Brasil: aspectos emergentes de um novo padrão de crescimento urbano-industrial*. Trabalho apresentado no "Le Nouvel Espace Energétique et Industriel: Brésil, Mexique, Venezuela, France". Encontro internacional realizado no Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine. Paris: Universidade de Paris III/CNRS.
- CARVALHO, Inaiá maria Moreira, (1969). *Operários e sociedade industrial na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Estudos Baianos, nº 4.
- ENGELS, Friedrich, (1982). *The condition of the working class in England*. Toronto: Sidney e Nova Iorque: Granada.
- FREITAS, Elizabeth S. de, (1984). *Sindiquímica. Inovador do movimento sindical na Bahia*. Dissertação de Graduação, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.
- HYMAN, Richard, (1975). *Marxism and the Sociology of trade unionism*. Londres: Pluto Press.
- LENIN, (1963). *What is to be done?* Oxford: At the Clarendon Press, Vol. 1.
- MARX, Karl, (1976). *Capital, a critique of political economy*. Hamondsworth: Penguin Books, Vol. 1.
- MICHELS, Robert, (1963). *Political parties. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. Nova Iorque: The Free Press e Londres: Collin McMiller Publishers.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias, (1966). *O problema da involução industrial na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Jornal citado*
- MOVIMENTO, São Paulo, 24-30, agosto, 1981.

ABSTRACT

MULTINATIONALS AND "PELEGUISMO" IN BRAZIL

This article demonstrates how the ties between trade union and State and the incentives to what is called in Brazil "peleguismo", can be used efficiently by branches of multinational companies situated in Aratu (Salvador, Bahia). The experience analysed here may serve as a comparative model for other studies about contemporary Brazilian trade unionism.

RESUME

MULTINATIONALES ET "PELEGUISMO" AU BRÉSIL

Cet article essaye de démontrer comment les liens entre syndicat et Etat et ce que l'on appelle au Brésil le "peleguismo" peuvent être efficacement utilisés par les branches locales des entreprises multinationales situées à Aratu (Salvador, Bahia). L'expérience analysée ici peut servir de modèle comparatif pour d'autres études sur le syndicalisme brésilien contemporain.

MULTIPLICATIVE AND PERIODICITY IN STATE

This section contains the first part of the proof of the main theorem. It is devoted to the study of the structure of the algebra of invariants of a finite group of linear transformations over a field of characteristic zero. The main result is the theorem of Noether, which states that the algebra of invariants is a polynomial algebra over the field of invariants of the identity element of the group.

REFERENCES

MULTIPLICATIVE AND PERIODICITY IN STATE

This section contains the second part of the proof of the main theorem. It is devoted to the study of the structure of the algebra of invariants of a finite group of linear transformations over a field of characteristic zero. The main result is the theorem of Noether, which states that the algebra of invariants is a polynomial algebra over the field of invariants of the identity element of the group.